



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 8 DE SETEMBRO DE 2009

ACTA N.º 04/2009

Aos oito dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Cine Teatro Lagoense Francisco d' Amaral Almeida, por razões de ordem técnica do Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro – Secretário Anabela da Silva Calisto, em substituição da membro Albertina Maria da Costa Oliveira e do Segundo - Secretário Nuno Filipe Medeiros Martins.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Luís Manuel Barbosa Cabral; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Anabela da Silva Calisto.

Não compareceram à sessão os membros: Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; António Manuel Medeiros Varão; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Durval Carlos Almeida Faria; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Estiveram presentes e assistiram à sessão a Senhora Susana Torres e os Senhores: José Fernando Costa; José Cabral; Paulo Ricardo Pereira Melo; Marco de Oliveira Moreira; Roberto Leandro Lima Medeiros e o Professor Jorge Amaral Borges.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que, atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos dois Partidos neste Órgão deliberativo, fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da terceira sessão ordinária, do dia 18 de Junho de 2009.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 19 de Junho a 8 de Setembro de 2009 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelo membro Albertina Maria da Costa Oliveira foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 18 de Junho de 2009.

Pelos membros: Norberto Carlos Cordeiro da Ponte e Albertina Maria da Costa Oliveira foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 8 de Setembro de 2009.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

ÚLTIMA SESSÃO DO MANDATO:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que esta seria a última sessão deste mandato e agradeceu a todos os membros deste Órgão Deliberativo a colaboração prestada nesta Assembleia Municipal e o brio com que exerceram o seu mandato. Para os membros que não se recandidataram desejou felicidades e para os que vão continuar desejou um bom trabalho, em prol do desenvolvimento e

promoção do Concelho de Lagoa. Igualmente agradeceu a todos os trabalhadores da Câmara Municipal que prestaram apoio à Assembleia Municipal, mais directamente a Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Maria da Estrela Aguiar e a Assistente Técnica, Maria Manuela Eusébio Mota.

O membro Rui Ramos referiu que em nome do PSD de Lagoa se associam à declaração apresentada.

Referiu ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal que da sua parte e como Presidente desta Assembleia Municipal houve sempre, ao longo deste mandato, uma boa relação com o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ASSUNTOS DIVERSOS - VILA DE ÁGUA DE PAU:

O membro Luís Pires referiu que houve uma alteração de trânsito na Rua da Natividade, na Vila de Água de Pau, aquela Rua passou a ter dois sentidos e solicitou esclarecimento, sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que este assunto será presente na próxima reunião Camarária para ratificação. A decisão foi tomada no passado dia 7 de Setembro, em virtude dos constantes congestionamentos de trânsito que se tem verificado na Estrada Regional nº 1-1ª, na Vila de Água de Pau, nomeadamente, na Rua Manuel Augusto Amaral, Rua da Trindade e Rua da Vila Nova, provocados pela passagem de um elevado número de viaturas pesadas ao serviço da Empresa Ferrovia. Com o objectivo de oferecer uma alternativa de circulação de trânsito aos moradores daquela Vila, a circulação na Rua da Natividade passou a ser efectuada nos dois sentidos, até ao final da obra da Scut e da obra do Saneamento Básico da Vila de Água de Pau.

O membro Luís Pires solicitou se possível que os Serviços da Câmara Municipal colocassem um espelho na Rua da Vila Nova, na Vila de Água de Pau.

Sobre o pedido de corte dos ramos dos plátanos, ao longo da Estrada Regional nº 1 – 1ª, entre Lagoa e Água de Pau, o membro Luís Pires questionou o porquê do pedido ser indeferido. Opinou que se torna necessário proceder ao corte dos

mesmos porque com o trânsito pesado a circular naquela via, causam muito transtorno e até alguns acidentes.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que já foi feito o pedido de intervenção ao Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal argumentou bem o seu pedido, de forma a garantir a segurança de pessoas e bens.

O membro Luís Pires deu conhecimento à Assembleia Municipal e alertou o Senhor Presidente da Câmara Municipal para os maus cheiros que se verificam perto da ponte à entrada da Vila de Água de Pau.

O membro Luís Pires solicitou informação sobre a construção da nova escola, a construir pelo Governo Regional dos Açores, na Vila de Água de Pau.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que já foi autorizado pelo Governo Regional dos Açores, a abertura de um concurso público internacional destinado a adjudicar a Empreitada de Construção da EB 2,3 de Água de Pau.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que a Informação das Actividades Desenvolvidas entregue aos membros desta Assembleia Municipal tem vindo a melhorar mas, em sua opinião, continuam a cometer os mesmos erros que já enumerou em sessões anteriores. Há situações que não deveriam constar desta informação e há outras que são repetidas.

Sobre a presente informação teceu as seguintes considerações:

- Novos Investimentos na Atalhada: criação de um Pavilhão Gimnodesportivo coberto; obra de requalificação do Aldeamento da Vila Mar, semelhante àquela que se concretizou no Aldeamento de Nossa Senhora da Graça e Sede da Associação

Atalhada Futebol Clube e comentou que os utentes da Zona da Atalhada ficaram privados dos sanitários públicos que existiam naquela localidade;

- Campeonato de Futebol de Praia de Lagoa: referiu que existe um quadrado de areia na orla costeira, junto à Avenida do Mar que é utilizado de 4 em 4 anos;
- Encerramento do Projecto Ciência Divertida: felicitou a Câmara Municipal pela adesão do Projecto Ciência Divertida;
- 5ª Edição da Festa da Juventude: opinou que nestes eventos não se devia fomentar o consumo excessivo de álcool e afins.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, prestou as seguintes informações:

- Relativamente à criação de um Pavilhão Gimnodesportivo coberto, na Atalhada, houve uma reunião com o Clube Operário Desportivo, a Associação Atalhada Futebol Clube e o Gabinete Projectista;
- Sobre a obra de requalificação do Aldeamento da Vila Mar será adoptada uma solução técnica semelhante à que se realizou no Aldeamento de Nossa Senhora da Graça;
- Os sanitários públicos na Zona da Atalhada foram vandalizados várias vezes e não se justifica aquele tipo de espaço, naquela zona;
- Sobre o campo de areia situado na orla costeira, junto à Avenida do Mar, na freguesia de Santa Cruz, este ano foi a 3ª Edição do Campeonato de Futebol de Praia de Lagoa, o ano passado e há 2 anos também se realizou e não faz qualquer sentido o seu comentário "de 4 em 4 anos".

O membro Paulo Jorge Borges referiu que não é contra a construção da Sede da Associação Atalhada Futebol Clube. Em sua opinião, a Câmara Municipal poderia ter construído uma nova Sede de raiz e manter os sanitários públicos que existiam na Atalhada, para servir a população e aquando das Festas naquela zona.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que aquando das Festas na Zona da Atalhada o Salão Paroquial da Atalhada dá apoio às Festas e manter aqueles sanitários representaria uma duplicação deste tipo de instalações.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA DE CEDÊNCIA, A TÍTULO GRATUITO, DE PARCELAS DE TERRENO PRIVADO PARA INTEGRAÇÃO NO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL:

Pela Câmara Municipal, foi presente a proposta de cedência, a título gratuito, de parcelas de terreno privado para integração no Domínio Público Municipal, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

O actual beco que entronca com a Canada do Castelo a nascente, no Lugar de Caloura, Freguesia de Água de Pau, Concelho de Lagoa, foi, desde há tempos imemoriais, adaptado a arruamento que dá acesso a várias propriedades particulares;

A actual configuração do arruamento, cria a falsa aparência de se tratar de um local de Domínio Público Municipal;

Contudo, em termos matriciais, a área que constitui tal beco é da titularidade, embora em diferentes partes, dos vários particulares que ali detêm as suas propriedades, pelo que, tal arruamento, aparentemente de Domínio Público Municipal, é, na verdade, do domínio privado.

Assim, esta Câmara Municipal diligenciou no sentido de se proceder ao acerto matricial da área que constitui tal beco, de forma a integrar, oficial e definitivamente, o Domínio Público Municipal.

Desta forma, Maria Isabel de Medeiros Borba Vieira, na qualidade de proprietária, e António Tomás Borba Vieira, como usufrutuário, requereram a cedência, a título gratuito, de parcela de terreno, a desanexar do prédio misto, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o artigo 2368, inscrito na matriz sob o artigo 38, secção Z, da Freguesia de Água de Pau, sito na Canada do Castelo, Lugar da Caloura, Freguesia de Água de Pau, constituída por 50 (cinquenta) metros quadrados para o Domínio Público Municipal;

Heide Ursula Koch, requereu, igualmente, a cedência, a título gratuito, de parcela de terreno, a desanexar do prédio, da qual é titular, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 161, inscrito na matriz sob o artigo 37, secção Z, da Freguesia de Água de Pau, sito na Canada do Castelo, Lugar da Caloura, Freguesia de Água de Pau, constituída por 200 (duzentos) metros quadrados para o Domínio Público Municipal;

Mais requereram que todas as despesas relacionadas com os actos de registo (predial ou matricial) sejam provisórios ou definitivos, averbamentos, cancelamentos, declarações complementares sejam da total responsabilidade do Município de Lagoa, assim como todos os demais encargos necessários e respectivos impostos devidos.

Contudo, por se tratar de custos inerentes aos particulares, não há enquadramento legal para que o Município possa suportar as quantias pretendidas.

Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove a cedência, a título gratuito, das parcelas de terreno supra mencionadas para integração no Domínio Público Municipal, sendo os encargos financeiros inerentes a esta cedência suportados pelos particulares.”

O membro Rui Ramos referiu que se congratulam pelo facto de existirem cidadãos que ainda cedem parcelas de terreno para integração no Domínio Público Municipal. A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a presente proposta de desafectação das referidas parcelas de terreno privado acima descritas, para integração no Domínio Público Municipal, de acordo com a alínea b) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2009:

Pela Câmara Municipal foi presente a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção, para inclusão de um novo Projecto: 0102 – 020208 – Locação de Outros Bens, no valor de 4.552,00 € (quatro mil quinhentos e cinquenta e dois euros), para pagamento das rendas do terreno onde foi construído o Parque de Estacionamento na Rua Prof. João Ferreira da Silva, na Vila de Água de Pau.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que não é contra a construção do Parque de Estacionamento, em Água de Pau, ou em qualquer outro local.

Mais referiu que a cópia autêntica de parte da acta da reunião Camarária de 28 de Agosto de 2009, mais uma vez espelha o que tem vindo a dizer, relativamente ao facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal não ter demonstrado ser um bom Gestor, porque quando sai de férias não deixa com os seus substitutos a documentação necessária ou não tem confiança nos seus Vereadores. Acrescentou que a Câmara Municipal deve ter uma bola de cristal porque, em reunião Camarária, o Senhor Vereador Durval Faria disse que “já sabia que os Vereadores da Oposição iriam votar contra o assunto”. Disse ainda o Senhor Vereador Durval Faria que “não foi a melhor solução” e argumentou que concorda com o facto. Questionou se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tem em sua posse uma cópia do contrato de arrendamento, porque têm o direito a ter acesso ao respectivo contrato de arrendamento. Só agora a Assembleia Municipal está a aprovar uma Revisão Orçamental para pagamento das rendas do terreno onde foi construído o Parque de Estacionamento na Rua Prof. João Ferreira da Silva, na Vila de Água de Pau, quando o Parque de Estacionamento já se encontra em funcionamento e comentou que a isto se chama “por o carro à frente dos bois” e alertou que existem as reuniões extraordinárias.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que não tinha na sua posse cópia do contrato de arrendamento. Pessoalmente, entendia que era um bom negócio para o Município de Lagoa e justificou que confiava no Executivo Camarário e não teve necessidade de ter acesso ao contrato de arrendamento.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal e têm todo o direito de ter acesso ao contrato de arrendamento para poder aprovar esta Revisão Orçamental.

O membro Rui Ramos na sua intervenção começou a ler o ponto apresentado em reunião de Câmara e registado na acta de 28 de Agosto de 2009 para todos os presentes nesta Assembleia Municipal terem conhecimento do que efectivamente se passou naquela reunião Camarária.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal dispensou a leitura da acta porque todos os membros da Assembleia Municipal têm acesso ao documento da cópia autêntica de parte da acta da reunião Camarária de 28 de Agosto de 2009.

O membro Rui Ramos apresentou a Declaração Política que passou a ler e abaixo se transcreve:

"Declaração Política

De acordo com a Lei nº 24/98, de 26 de Maio, nomeadamente o **"ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO"**, lê-se no seu artigo 1º o seguinte:

"É assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das **autarquias locais** de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei."

Diz a alínea 1 do artigo 2 que se entende por "oposição a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das **autarquias locais** de natureza representativa".

Significa assim, que **"a actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica" só pode ser democraticamente exercida se for facultada à Oposição todo um conjunto de informações** que permitam com segurança cumprir o dever que o Povo nos conferiu como Oposição.

De acordo com a lei, o Direito à Informação está precisamente consagrado no Artigo 4º, nomeadamente na Alínea 1 que diz concretamente o seguinte:

"Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e **directamente** pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua actividade."

Estando em causa, na reunião ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, de 28 de Agosto de 2009, em cuja agenda constava uma revisão orçamental às Grandes Opções do Plano, que continha unicamente a abertura de uma rubrica, nomeadamente a "locação de outros bens", os Vereadores do PSD, no exercício do direito à informação, questionaram sobre as razões que impunham a presente revisão orçamental, nomeadamente o contrato de arrendamento, que justificava a abertura de uma nova rubrica e respectivo cabimento para o pagamento das rendas.

Como é evidente, só seria possível avaliar se a Câmara estava ou não a fazer um bom negócio se tivessem perante si o **suposto contrato**, que foi sonegado, escondido, aos Vereadores, que eleitos pelo PSD, também fazem parte integrante do Executivo Camarário.

Perante a atitude do Sr. Presidente em exercício, Vereador Durval Faria, o PSD repudia veementemente tal comportamento que, violando o disposto no Estatuto

do Direito à Oposição, em nada dignifica a transparência nem a Democracia na Lagoa.

Sabe-se apenas que tal arrendamento corresponde a um quintal, cuja senhoria é mãe de um candidato à Câmara pelo PS e que, perante a recusa em apresentar o contrato, levantou-se assim um manto de suspeição ao negócio, coisa de resto já antes falada na Vila de Água de Pau.

Que fique bem claro, (sobretudo para o Presidente Interino, Durval Faria): **Nós não somos contra mais estacionamento em Água de Pau, queremos apenas que a Câmara compre um terreno, para que o estacionamento fique, em definitivo, ao serviço dos habitantes de Água de Pau.**

Ao contrário disso, a Câmara investe cerca de 28 mil euros, asphaltando aquilo que não é seu, pagando ainda uma renda mensal de cerca de 1000 euros, cujo contrato aparentemente cessa ao fim de 5 anos.

Por haver dúvidas quanto à duração do acordo, mais razão tínhamos para querer avaliar toda a situação.

Feitas as contas, o parque de estacionamento alugado, com apenas 33 lugares, custará aos Lagoenses a módica quantia de 88 mil euros, que passados os supostos 5 anos poderá a ser transformado em muitas coisas.

Concluindo, para além da suspeição levantada pelo facto do suposto contracto de arrendamento não ter sido apresentado em reunião de Câmara, uma vez mais o actual executivo aplica uma solução tipo “penso rápido” e não se resolve em definitivo o grave problema do estacionamento.

Será isso “o melhor para a Lagoa”?

Os Deputados Municipais”

O membro Roberto Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Água de Pau, em representação do povo daquela Vila congratulou a Câmara Municipal pela construção do Parque de Estacionamento na Rua Prof. João Ferreira da Silva, na Vila de Água de Pau e pela celebração do contrato de arrendamento, pois só assim foi possível construir o Parque de Estacionamento, a população ficou muito satisfeita e o Parque de Estacionamento encontra-se todos os dias repleto de viaturas.

O membro Luís Pires referiu que o Parque de Estacionamento é útil e agora há facilidade em estacionar na Vila de Água de Pau. Por parte dos proprietários há

intenção na venda mas é apenas um compromisso verbal e em sua opinião, a manifestação de intenção de venda deveria ficar registada por escrito. Reafirmou que não é contra a construção do Parque de Estacionamento e que está bem situado naquela Vila.

Referiu ainda que foi construído um Parque de Estacionamento no antigo Barracão em Água de Pau e questionou porque não demoliram o resto daquele edifício.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que não está em causa a honra dos proprietários do terreno e se existe o compromisso de vender, deveriam registar por escrito porque “palavras leva-as o vento”.

Referiu ainda que foi dito pelo Senhor Vereador Durval que “não havia outra solução ... e esta foi a solução possível” discorda desta ideia e, em sua opinião, havia outras soluções para o problema, esta, não era a única solução. Confirmou que não está em causa o Parque de Estacionamento em Água de Pau, mas sim os termos em que o negócio foi realizado.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que não tem aqui o contrato de arrendamento e muito já foi dito sobre este assunto. Após a reunião de Câmara, o candidato do PSD, Deputado Regional e Municipal apresentou um Comunicado do PSD, na comunicação social, sobre esta matéria. Opinou que foi uma estratégia política do PSD e se a preocupação fosse o acesso ao contrato de arrendamento, o Senhor Deputado ligava-lhe e certamente que se resolvia o problema.

Informou ainda que a primeira opção da Câmara Municipal foi adquirir o terreno, mas atendendo que não foi possível, a alternativa foi o aluguer. Acrescentou que o contrato foi celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, sendo o mesmo renovável e com início do pagamento a partir do mês de Setembro de 2009. Esta revisão orçamental surge da necessidade de abrir uma nova rubrica para pagamento das rendas do terreno onde foi construído o Parque de Estacionamento. Havia rubrica no orçamento camarário para pagamento de aluguer de imóveis e não para este tipo de despesa.

Mais informou que tem toda a confiança nos Senhores Vereadores Durval Faria e Fernando Jorge Moniz.

Sobre a parte restante do edifício do antigo Barracão, em Água de Pau, informou que a mesma não foi demolida porque é naquele espaço que funciona a Sede da Associação Cultural Grupo Jovem Pauense.

O membro Rui Ramos reafirmou que são a favor deste e de outros Parques de Estacionamento em Água de Pau e em todas as freguesias do Concelho. Foi presente nesta sessão para aprovação a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano e têm todo o direito de ter acesso ao contrato de arrendamento para poder aprovar esta Revisão Orçamental.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o contrato de arrendamento está disponível na Câmara Municipal para consulta.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que aqui não há fotocopiadora e por este motivo esta sessão foi realizada no Cine Teatro Lagoense Francisco d' Amaral Almeida e não no Auditório dos Paços do Concelho como sempre se realizou.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o ar condicionado do Auditório dos Paços do Concelho está avariado e por essa razão esta Sessão se realizou no Cine Teatro Lagoense Francisco d' Amaral Almeida. Informou ainda que o referido contrato está disponível para consulta e vai ser disponibilizada uma cópia aos Senhores Vereadores. Na reunião os Senhores Vereadores solicitaram informações e o Senhor Vereador Durval Faria prestou todas as informações que podia dar, sendo que só teve acesso ao contrato depois da reunião Camarária.

O senhor Vereador José Cabecinha pediu a palavra, que lhe foi concedida. Referiu que na reunião do passado dia 28 de Agosto, houve uma insistência por parte do Senhor Vereador Durval Faria, na qualidade de Presidente da Câmara, em não ceder cópia do contrato de arrendamento. Na reunião Camarária anterior, houve uma dúvida e, prontamente, o documento foi apresentado em reunião Camarária.

O membro Eduíno Rego na sua intervenção referiu que já estão há mais de uma hora a debater este assunto. Em sua opinião, não acredita que a Câmara Municipal tenha celebrado um contrato de arrendamento contra os interesses do Município de Lagoa e sempre acreditou neste Executivo Camarário.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por maioria, com cinco abstenções dos membros: Leonel Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Rui Ramos, Rui Borges e Luís Miguel Pires, dos vinte membros presentes:

1º Aprovar a 3ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de 4.552,00 € (quatro mil quinhentos e cinquenta e dois euros)

de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Após a votação o membro Paulo Jorge Borges solicitou do uso da palavra para apresentar uma declaração de voto, que abaixo se transcreve, tendo iniciado por referir que ao contrário do que muitos dizem o voto contra e a abstenção não são a mesma coisa, tendo sido interrompido pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal que alvitrou para quê uma declaração de voto só para dizer isso. Face a este comentário, o membro Paulo Jorge Borges solicitou que ficasse tombado em acta que em sinal de protesto por falta de respeito do Senhor Presidente desta Assembleia Municipal para com a mesma e para com o membro Paulo Jorge Borges, este abandonava a sala, e dito isto abandonou a reunião.

“Declaração de Voto

Numa votação, uma abstenção não tem o mesmo significado que um voto contra, ao contrário daquilo que afirmou em reunião de Câmara do dia 28 Agosto deste ano o Presidente em Exercício, Vereador Durval Faria.

Pese embora o facto do documento referente ao contrato de arrendamento ter sido indevidamente assinado antes de existir rubrica aberta, logo sem existir cabimento de verba para honrar o contrato firmado entre a Edilidade e os proprietários do terreno do parque de estacionamento em causa e que originou esta 3ª Revisão Orçamental agora solicitada e desajustada no tempo e aparentemente partindo do pressuposto que a mesma seria aprovada nesta Assembleia, logicamente o meu voto seria contra esta 3ª Revisão Orçamental uma vez que como Oposição tenho o dever e o direito de fiscalizar o Executivo Camarário, não devendo dar cobertura a situações menos transparentes.

Apesar de quando solicitado a apresentar a esta Assembleia o contrato em causa, bem como prestar esclarecimentos sobre o mesmo, o Presidente da Câmara Municipal Engº João Ponte não o ter apresentado e não ter referido o conteúdo do contrato e do Vereador Fernando Jorge ter alvitado informações contraditórias às

proferidas pelo Vereador Durval Faria, um voto contra estaria mais que justificado. Mas face ao decorrido na presente reunião, este acto poderia mais uma vez ser mal interpretado e fazendo jus ao conteúdo do referido contrato, informado muito sumariamente e muito tardiamente no decorrer desta reunião pelo Vereador Durval Faria e como efectivamente o parque de estacionamento em causa é uma necessidade urgente para a qualidade de vida na Vila de Água de Pau, absteve-me mas com um voto de protesto pela forma pouco transparente como o processo foi tratado tanto em reunião Camarária do dia 28 de Agosto de 2009, como nesta Assembleia e que em nada dignifica esta Instituição e a Democracia.

Paulo Jorge Soares de Amaral Borges

Deputado Municipal eleito pelo PSD

Lagoa, 8 de Setembro de 2009.”

O membro Rui Ramos referiu que a abstenção dos membros do PSD se prendeu pelo facto de não ter sido facultado o documento do contrato de arrendamento.

Mais referiu que gostaria que respeitassem mais a opinião das outras pessoas.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que sempre houve respeito pela oposição.

DEPOIS DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que sendo esta a última sessão deste mandato, em nome da Câmara Municipal, agradeceu a todos que colaboraram neste Órgão Deliberativo e referiu que considerou o trabalho, nestes quatro anos, globalmente positivo e construtivo. Desejou felicidades a todos os membros e para quem não irá continuar, desejou um bom descanso e que continuassem a participar activamente na Sociedade Lagoense.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
